

A ELITE PARLAMENTAR NO PÓS-GUERRA (1945-1949)

Rita Almeida de Carvalho

Ainda que a importância da Assembleia Nacional¹ do Estado Novo, ao nível da condução dos destinos políticos do país, fosse coarctada pela manipulação das suas prerrogativas jurídicas,² a cedência às “ideias correntes” obrigava o regime, ao integrá-la no seu sistema político, a um cuidadoso recrutamento dos deputados, o qual era pessoalmente conduzido por Salazar.³ Deste modo se conferia uma singular importância a este corpo político, instrumentalizado enquanto elo de ligação entre este e a respectiva base social de apoio.

O conhecimento dos critérios de recrutamento desta elite política permite aferir o perfil ideal para o desempenho da actividade parlamentar, coincidindo a legislatura escolhida para esta análise — 1945 a 1949 — com a nova ordem internacional saída do pós-guerra. Para o efeito, procedeu-se à agregação dos dados biográficos dos deputados à IV legislatura, sendo consideradas as seguintes variáveis: 1) *renovação e permanência*; 2) *média de idades*; 3) *naturalidade*; 4) *origens sociais*; 5) *origens políticas*; 6) *caracterização profissional*.⁴

Renovação e permanência

No momento em que se preparava a constituição das listas dos candidatos a deputados, a minuciosa ponderação da taxa de renovação da Assembleia Nacional parece ter sido uma das preocupações de Salazar e do seu *politburo*. Um desequilíbrio entre facções e tendências, dadas as atribuições constitucionais da câmara, poderia de algum modo, se não pôr em causa o regime salazarista, pelo menos fazê-lo estremecer.

Na IV legislatura permanecem da anterior (1942-1945) 54 deputados contra os 66 que surgem de novo. Temos, portanto, uma aparente taxa de renovação de 55%. No entanto, face ao aumento do número de deputados nesta IV legislatura, que passou de 90 para 120, a renovação é dada, não apenas pela substituição de candidatos (36), mas também pelo aumento do número de parlamentares (30).

Ainda quanto à renovação, há que ter em conta outros aspectos:

- 1) Dos 66 novos deputados, oito tinham já pertencido à Assembleia Nacional em legislaturas anteriores;
- 2) Destes 66, 29 foram deputados apenas durante a IV legislatura, o que pode

Quadro 1 Número de mandatos desempenhados pelos deputados (comparação entre a I e a IV legislaturas)

Mandatos	I legislatura (1934-38) (%)	IV legislatura (1945-49) (%)
Um mandato	28,9	24,2
Dois mandatos	28,9	14,2
Três ou quatro mandatos	18,9	30,8
Cinco ou mais mandatos	23,3	30,8
Total	100,0	100,0

Fonte: *Anais da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa*.

significar que, por um lado, perante o aumento do número dos assentos parlamentares, foram recrutados indivíduos cujo desempenho político se veio a revelar ineficaz e, por outro, a existência de uma margem de manobra permanente que possibilitava ao regime não só o ajustamento da composição da câmara às necessidades políticas conjunturais, mas também testar as capacidades de novos valores;

- 3) A morte e a doença são também factores que conduzem à renovação — numa listagem dos deputados à IV legislatura, em que Albino dos Reis faz um apontamento avaliando cada um dos parlamentares, com vista à sua inclusão na lista da União Nacional para as eleições de 1949, são dez os deputados que merecem o comentário “está velho”, “doente” ou “faleceu”.⁵

Quanto aos que ficaram na câmara para as legislaturas seguintes, estes aí permanecer geralmente por longo tempo — daí a frequente afirmação do carácter *gerontocrático* do regime⁶ —, garantindo que a actuação da câmara não provocava sobressaltos. De facto, tudo parece indicar que à medida que se sucediam as legislaturas, o grupo dos *permanentes* tendia a aumentar, enriquecido com *os novos valores* que, pela sua actuação, correspondiam ao *tipo parlamentar* definido por Salazar e seu círculo íntimo: na I legislatura do Estado Novo, os deputados que desempenharam um e dois mandatos perfaziam cerca de 58% por cento, e na IV legislatura este número vai descer para próximo dos 38% (cf. quadro 1).

Disto resulta que a média de mandatos desempenhados pelos deputados à IV legislatura se situa nos 3,5, isto é, mais de 14 anos de exercício destas funções. Ser parlamentar foi, para muitos, um lugar quase vitalício, que só acabou com a revolução de 25 de Abril de 1974 (5 deputados)⁷ ou com a morte ou a doença (11 deputados).⁸ Trata-se, portanto, de uma carreira parlamentar geralmente muito longa, facto que parece testemunhar, acima de tudo, o grau de confiança que o chefe do governo, avaliando-os um a um, neles depositava.⁹

Quanto ao perfil profissional dos que entraram de novo (cf. quadro 2), observa-se que a renovação desta legislatura incidiu, sobretudo, em quatro direcções:

- 1) captação das profissões liberais (advogados) e das actividades económicas (agricultura), como que a fazerem a ligação da periferia ao regime, já que os

Quadro 2 Actividades profissionais dos deputados que entraram de novo na IV legislatura¹⁰

Actividades profissionais	N.º de deputados
Advogados	16
Militares	15
Agricultores	9
Professores universitários	9
Funcionários públicos (justiça)	7
Funcionários públicos (saúde)	5
Funcionários públicos (agricultura)	4
Funcionários públicos (outros)	3
Engenheiros agrónomos	4
Professores liceais	4
Comerciantes	3
Médicos veterinários	2
Engenheiros	1
Funcionários públicos (colónias)	1
Industrial	1
Magistrado	1
Médico	1

Fontes: *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa* (1945), *Boletins e Registos Biográfico dos Senhores Deputados* (1945), *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

- segundos se afirmavam sempre, ou quase sempre, prontos a resistir à mudança;
- 2) reforço dos militares e professores universitários, granjeando o apoio dos sectores mais ortodoxos da sociedade portuguesa,¹¹ e desta forma sedimentando uma frente interna contra eventuais infiltrações;
 - 3) reforço dos funcionários públicos, marcando a dependência relativamente ao estado;
 - 4) a outro nível, atracção para a assembleia dos sectores com um passado político nas áreas da direita conservadora ou radical. Do que foi possível apurar, entram de novo para a câmara oito monárquicos (Mário Correia Carvalho de Aguiar, Rui de Andrade, Augusto Cerqueira Gomes, António Júdice Bustorff Silva, José Esquivel, e ainda, dos quadros dirigentes da Causa Monárquica, Paulo Cancela de Abreu, Luís da Câmara Pinto Coelho e Luís Pastor de Macedo), quatro ex-sidonistas (Teófilo Duarte, Henrique Galvão, Jorge Botelho Moniz e Manuel Colares Pereira),¹² e quatro ex-dirigentes católicos (Carlos de Azevedo Mendes, Manuel de Abranches Martins, Joaquim de Moura Relvas e António Maria Pinheiro Torres).

Idades

A partir da leitura do quadro 3 conclui-se que a média de idades dos deputados à IV legislatura se situa nos 50 anos, tendo o mais novo 33 anos e o mais velho 70. A

Quadro 3 Grupos etários dos deputados à IV legislatura

Grupos etários	N.º de deputados	Percentagem
30-34	1	0,8
35-39	8	6,7
40-44	19	15,8
45-49	32	26,7
50-54	27	22,5
55-59	16	13,3
60-64	10	8,3
65-69	6	5,0
+ 70	1	0,8

Fonte: *Boletins e Registos Biográficos dos Senhores Deputados (1945-1949)*.

maioria dos deputados concentra-se na faixa etária dos 45-49 anos (26,67%), logo seguidos pela categoria dos 50-54 anos (22,50%) e pela dos 40-44 anos (15,83%). Quando comparada com a I legislatura, a média desloca-se dos 43 anos de idade de então para os 50. Verifica-se, deste modo, um certo envelhecimento do corpo político.

Tal como Fernando Rosas, podemos assim afirmar que a maioria dos deputados continua a corresponder "à geração dos conflitos do período republicano formada na reacção conservadora ao liberalismo e à democracia dos anos 20",¹³ e que se mantém, portanto, a elite fundadora do regime.

Naturalidade

O exame da naturalidade dos parlamentares revela uma considerável paridade entre a origem dos indivíduos e o círculo eleitoral que os elegeu (cf. quadro 4). De facto, 57 deputados (47%) foram eleitos pelo distrito de onde eram naturais. Se a este número somarmos os que residiam e desempenhavam a sua actividade profissional na área do círculo eleitoral que os elegeu (27 deputados), esta percentagem sobe para 70%. Mais, considerando também os que, no desempenho da sua actividade política, exerceram funções nestes distritos, a percentagem de indivíduos atinge os 80%. Existem ainda três indivíduos cujas famílias são originárias dos distritos que os elegeram, facto que faz subir a percentagem dos que apresentavam relação com o círculo da sua eleição para mais de 80%.

Deste modo, apenas pouco mais de 18% dos deputados à IV legislatura (21 parlamentares) não tinha qualquer relação com o distrito que representava na câmara. A introdução dos círculos eleitorais parece, assim, ter correspondido a um esforço significativo no sentido de fazer coincidir o círculo que elegia os deputados com o distrito ao qual estavam de algum modo ligados.

De qualquer modo, há que ter em conta dois aspectos: 1) Por um lado, os círculos eleitorais de Viana do Castelo, Faro e Viseu estavam *representados* apenas

Quadro 4 Comparação entre a naturalidade dos deputados e o respectivo círculo de eleição¹⁴

Sede dos círculos	N.º dep. p/ círculo eleitoral	Com ligação ao círculo eleitoral	Sem ligação ao círculo eleitoral
Aveiro	6	5	1
Beja	4	3	1
Braga	6	6	0
Bragança	4	4	0
Castelo Branco	4	4	0
Coimbra	6	4	2
Évora	4	2	2
Faro	4	2	2
Guarda	4	3	1
Leiria	6	5	1
Lisboa	12	11	1
Portalegre	4	3	1
Porto	10	10	0
Santarém	6	4	2
Setúbal	4	3	1
Viana do Castelo	4	2	2
Vila Real	4	3	1
Viseu	6	4	2
Funchal	3	3	0
Angra do Heroísmo	2	2	0
Horta	1	1	0
Ponta Delgada	3	3	0
Cabo Verde	1	1	0
S. Tomé e Príncipe	1	1	0
Guiné	1	1	0
Angola	3	3	0
Moçambique	3	3	0
Índia	2	2	0
Macau	1	1	0
Timor	1	1	0

Fonte: *Boletins e Registos Biográficos dos Senhores Deputados* (1945-1949); "Relação Nominal e de Moradas dos Senhores Deputados. IV Legislatura", ANTT, AOS/CO/PC-4C, pt. 1.

por dois deputados com ligação ao respectivo círculo, isto é, metade do número de parlamentares a eleger nestes círculos; 2) Por outro, os círculos eleitorais de Angola, Guiné e Timor não apresentavam nenhum deputado com ligações ao respectivo território, enquanto que no círculo de Moçambique apenas um deputado residia na colónia.

Mesmo considerando apenas a variável naturalidade (cf. quadro 5), ressalta então que em 1945 a distribuição regional é efectivamente mais equitativa do que o fora em 1934, para o que muito deve ter contribuído a introdução de círculos eleitorais. Na verdade, com a excepção dos casos extremos (Estremadura e Algarve), o intervalo percentual entre a distribuição dos deputados pelas diversas províncias do país diminuiu significativamente: se em 1934 se situava entre 16,7 e 3,3%, em 1945 situa-se entre 13,3 e 5,8%. Esta diminuição das desigualdades regionais verificou-se também nas ilhas adjacentes e nas colónias. As primeiras, representam agora mais de 9% do conjunto da câmara, registando algum aumento face à I legislatura (pouco mais de 7,5%).

Quadro 5 Naturalidade dos deputados (1934-1945)

Províncias	I legislatura (1934-1938)		IV legislatura (1945-1949)	
Minho	7	7,8%	10	8,3%
Trás-os-Montes	5	5,6%	7	5,8%
Douro Litoral	8	8,9%	8	6,7%
Beira Alta	10	11,1%	8	6,7%
Beira Baixa	3	3,3%	13	10,8%
Beira Litoral	15	16,7%	16	13,3%
Estremadura (s/ Lisboa)	8	8,9%	9	7,5%
Cidade de Lisboa	13	14,4%	18	15,0%
Alentejo	11	12,2%	11	9,2%
Algarve	—	—	1	0,8%
Ilhas adjacentes	7	7,8%	11	9,2%
Colónias	3	3,3%	8	6,7%

Fonte: Os dados para 1934 foram retirados do livro Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, Edições O Jornal, 1985, p.45. Os dados para 1945 foram retirados de *Boletins e Registos Biográficos dos Senhores Deputados*.

Já no que se refere aos deputados originários das colónias, o seu número mais do que duplica e a percentagem sobe para 6,7% por cento. Os territórios ultramarinos, embora com uma expressão claramente diminuta, parecem pelo menos um pouco melhor representados do que anteriormente. A isto acresce que, se em 1934 nenhum dos deputados das colónias residia no círculo que o elegera, em 1945 são três os deputados que aí viviam: Adriano Duarte Silva (advogado em Cabo Verde, onde nasceu), Jacinto Bicudo de Medeiros (que, embora nascido nos Açores, residia em Moçambique) e Indalêncio Froilano de Melo (médico no Estado Português da Índia, onde nasceu).

Origens sociais

Ao tentar esboçar um quadro das origens sociais dos deputados à IV legislatura, resultou o conhecimento da origem familiar de 48 indivíduos, isto é, cerca de 40% dos deputados. Sendo muito provável que os dados recolhidos para a categoria dos *humildes* se encontrem consideravelmente deflacionados, na medida em que para estes as informações disponíveis são consideravelmente mais escassas, os números apresentados são apenas indicativos da composição social da câmara na IV legislatura.

Neste universo de 48 deputados, verificou-se que seis descendiam de famílias modestas, o que corresponde a uma percentagem de 12,5% do total dos indivíduos com origem familiar conhecida. Os que possuem declaradamente origens humildes, talvez filhos de pequenos agricultores, são:

- a) Joaquim Saldanha, natural de Ribafeita (Viseu), que diz ser filho de pais pobres, e que custeou os seus estudos graças ao seu irmão;¹⁵
- b) Afonso Eurico Ribeiro Cazaes, natural de Vouzela (Viseu), que diz ser “o mais modesto representante da Nação” e “homem do povo”;¹⁶
- c) Mário de Figueiredo, natural de Figueiró (Viseu), que descende de uma família rural;¹⁷
- d) José Martins Mira Galvão, natural de Beringel (Beja), que diz ser filho de lavrador modesto.¹⁸
- e) Artur Proença Duarte, natural de Idanha-a-Nova (Castelo Branco), cujos pais tiveram de vender o burro para custear os seus estudos;¹⁹
- f) Teófilo Duarte, com a mesma origem de seu irmão Artur Proença Duarte.

Quanto aos restantes, 34 eram *filhos* de licenciados, seis de famílias ligadas à grande agricultura e comércio, sendo um outro *familiar* de desembargador e outro ainda de visconde. Em termos globais, significa que 35% dos deputados desta legislatura estavam longe de descenderem de famílias na base da pirâmide social.

Entre estes 48 deputados de origem familiar conhecida, 21 descendem de famílias politicamente activas — o que corresponde a 17,5% do total dos deputados desta legislatura —, e muitas delas são-no há pelo menos duas gerações. Entre estes antepassados, 11 chegaram mesmo a ser deputados, o que, não sendo suficiente para deduzir a existência de endogamia no que se refere à prática parlamentar, é o bastante para tirar duas ilações:

- 1) o exercício do poder político, designadamente da actividade parlamentar por parte de antepassados, conferia vantagens no acesso à carreira política aos seus descendentes mais próximos;
- 2) a existência de alguma continuidade da elite política desde a monarquia, atravessando a I República, até ao Estado Novo. Ainda que, sobretudo, nas áreas da direita conservadora ou radical, do catolicismo social e dos monárquicos. Do que se apurou, não estavam representados deputados oriundos de famílias provenientes da esquerda republicana, o que exhibe o seu saneamento da vida política do Estado Novo.

A título ilustrativo destas afirmações, vejam-se alguns exemplos:

- a) Fernão Couceiro da Costa, filho de Jorge Couceiro da Costa, republicano, deputado em 1918, também secretário de estado da justiça de 9 de Outubro a 23 de Dezembro de 1918, isto é, no Sidonismo;
- b) José Penalva Franco Frazão (Conde de Penha Garcia), filho de José Capelo Franco Frazão, monárquico conservador, deputado pelo Partido Progressista, duas vezes ministro (Finanças em 1895, Fazenda em 1905);
- c) José de Sampaio e Castro Pereira da Cunha da Silveira, filho de José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, deputado e governador civil do distrito de Angra do Heroísmo, neto de José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, deputado e presidente da Câmara Municipal das Velas.

Se não podemos concluir, dado o estreito universo dos parlamentares considerados, que a elite política se auto-reproduz, pelo menos uma parte considerável de deputados descendia de indivíduos que já desempenhavam cargos de natureza política. Este é, portanto, um bom veículo de acesso ao poder político, e comprova que uma parte substancial da câmara dos deputados é composta por indivíduos no topo, ou perto do topo, do processo de ascensão social, pertencentes aos diversos sectores da oligarquia. Vejamos outros exemplos para lá da actividade política:

- a) João Ameal, conde e visconde do Ameal;
- b) José Penalva Franco Frazão, conde de Penha Garcia;
- c) Gil Jácome de Medeiros, neto dos viscondes de Santa Catarina e da Praia;
- d) Albano Pimentel Homem de Melo, familiar do conde de Águeda;
- e) João de Espregueira da Rocha Páris, familiar do barão e visconde da Torre.

A representação de uma elite tradicional (e tradicionalista), que atesta a sua captação como base de apoio do salazarismo, não significa necessariamente que estas famílias permanecessem economicamente poderosas. Porém, as novas *classes possidentes*, as famílias dos grandes interesses comerciais e industriais não deixavam também de integrar a câmara:

A família Pinto Basto, representada na assembleia por Alexandre Pinto Basto. Aí, o deputado dirá, no final de 1945: “Tenho o orgulho de pertencer a uma família que do norte ao sul do País, há muitas gerações, modestamente e sem alarde se tornou bem conhecida pela sua fé cristã e firmeza de convicções, pelo seu esforço e actividade, pelo seu espírito de ordem e disciplina, pela colaboração e zeloso apoio que deu sempre a quem honestamente servia e governava a Nação. De facto, na política, na indústria, no comércio, na finança, temos sido e feito qualquer coisa e temos constituído um valor sólido, progressivo e respeitado (...)”,²⁰

A família Teotónio Pereira, representada na assembleia por Luís Teotónio Pereira, “família da grande burguesia ligada à exploração e comércio vinícola e à actividade seguradora”; o avô do deputado fora co-fundador da Companhia de Seguros Fidelidade em 1835;²¹

A família Ferreirinha, representada na assembleia por Jorge Viterbo Ferreira, fundadora da Casa Agrícola Comercial dos Vinhos do Porto, que comerciava vinhos desde 1751, e que em 1844 detinha a maior casa agrícola da região do Porto.²²

Os dados parecem assim indiciar que na Assembleia Nacional convergiam, pelo menos, três tipos sociais: os que ascendiam de famílias de notáveis ou mesmo titulares, a elite dos interesses económicos — ambas geralmente com um passado político e que atestam que não houve afastamento das elites tradicionais do exercício do poder — e o grupo dos que tinham percursos sociais semelhantes ao do chefe do governo, como Mário de Figueiredo, Albino dos Reis, Soares da Fonseca e Joaquim Diniz da Fonseca. Originários da classe média-baixa, provavelmente de famílias rurais, estudantes de seminário e da Universidade de

Coimbra, católicos conservadores, cuja actividade política durante a I República os conduziria ao centro do poder político.

Sensibilidade política

A análise da filiação política dos deputados à IV legislatura comprova a existência de uma heterogeneidade de origens políticas no seio da câmara, se bem que as deficiências das fontes e bibliografia consultadas não nos permitam chegar a conclusões definitivas (o universo com que aqui trabalhamos é de 56 indivíduos quando o total de deputados é de 120, correspondendo assim somente a 47% dos parlamentares). Ainda assim, os dados apurados são sobretudo indicativos dos resquícios do rendilhado ideológico que susteve o Estado Novo no seu processo de afirmação e consolidação.

Assim, sabe-se que 23 deputados eram monárquicos, e apenas três assumidamente republicanos. A proporção entre uns e outros, não sendo conclusiva, permite pelo menos inferir que, na câmara dos deputados, existia uma percentagem bastante significativa de monárquicos dispostos a colaborar com o regime. De qualquer modo, estamos longe da maioria monárquica a que Manuel Braga da Cruz se refere a propósito da legislatura seguinte,²³ sendo altamente provável, porém, que a questão do regime — monarquia ou república —, dada a necessidade de *serrar fileiras* induzida pela conjuntura do imediato pós-guerra, tenha sido, neste momento, remetida para segundo plano. O comportamento de Paulo Cancela de Abreu, ao ser convidado por Salazar para enfileirar nas listas de deputados da União Nacional para as eleições de 1945, é disto bom exemplo: "(...) como V. Exa. confirma, a *representação política abrange todos os sectores da actividade nacional, e, além disto, nesta emergência, é dever de todos os nacionalistas não opor recusa quando a nossa presença é julgada útil em qualquer campo de acção política. (...)*"²⁴

Foi ainda possível identificar 25 católicos, dos quais pelo menos nove foram dirigentes do CADC (Centro Académico de Democracia Cristã) e seis do Centro Católico, traduzindo assim uma representação significativa do que Braga da Cruz considera ser a "matriz original do salazarismo".²⁵ Mas tal, no nosso entender, denuncia sobretudo o peso dos laços de amizade e de fidelidade pessoal e política com o presidente do conselho, cujo percurso estudantil e político mais ou menos comum favorecera. Entre estes ex-dirigentes católicos encontra-se, aliás, parte considerável do círculo íntimo de Salazar, também por isso, indivíduos com carreiras políticas e parlamentares muito longas. Trata-se do grupo de que fazem parte três dos raros indivíduos que tratam Salazar por *tu*. São eles: Carlos de Azevedo Mendes, Joaquim Diniz da Fonseca e Mário de Figueiredo, os três do Centro Católico.

Do conjunto dos 56 deputados identificados fazem ainda parte sete indivíduos oriundos do Integralismo Lusitano — Manuel Maria Múrias (júnior), João Mendes da Costa Amaral, Luís Lopes Vieira de Castro, João Ameal, Manuel

Colares Pereira, Artur Rodrigues Marques de Carvalho e Manuel da Cunha e Costa Marques Mano —, Teófilo Duarte além de que colaborou na revista *Integralismo Lusitano*; e quatro nacional-sindicalistas — João Ameal, Teófilo Duarte, Manuel Maria Múrias e José Pereira dos Santos Cabral. Quanto ao número dos que militaram em partidos republicanos, apurou-se que três deputados foram membros da União Liberal Republicana de Cunha Leal — Albino dos Reis, Jorge Botelho Moniz, Teófilo Duarte. Há depois alguns sidonistas — Afonso Eurico Ribeiro Cazaes, Manuel Colares Pereira, Henrique Carlos Malta Galvão, Jorge Botelho Moniz, Joaquim Mendes do Amaral, Teófilo Duarte.

Estamos assim perante a persistência de um velho compromisso, que permitira a afirmação do Estado Novo enquanto regime. Contudo, no momento de *serrar fileiras*, quando se procurava constituir uma frente única para lutar contra um inimigo comum, as *nuances* ideológicas não se manifestam. De facto, aquando da vitória dos aliados era sobretudo necessário engrossar as hostes *nacionalistas*, criando uma barreira inultrapassável às novas ideias que daí podiam advir. Por isso se vão buscar velhos monárquicos, como Rui de Andrade, ou sidonistas, como Teófilo Duarte. É deste último, futuro ministro das Colónias a frase: “Os dias e as horas que nós, defensores da situação, estamos vivendo requerem uma coesão e uma combatividade da nossa parte que façam com que o inimigo não encontre brecha por onde penetre na fortaleza que tem resistido aos seus assaltos durante vinte anos”.²⁶

Pela garantia de fidelidade que representava neste preciso momento político, a actividade política passada nas áreas da direita conservadora ou radical parece, no entanto, ter favorecido o acesso à câmara, já que se apurou que pelo menos 23 deputados foram políticos durante a I República nestas áreas, correspondendo a uma percentagem de 19% do total dos assentos na câmara. Do que foi possível apurar, todos dos sectores monárquico, católico, republicano conservador ou da direita radical, exibindo o *pacto* que o Estado Novo procurou concretizar. Essa carreira, contudo, iniciou-se quase sempre depois do sidonismo. De facto, deste conjunto só dois deputados o foram anteriormente — Rui de Andrade, monárquico; Pacheco de Amorim, do Centro Católico. O grupo analisado corresponde assim a homens que, na sua maioria, faziam parte de uma geração de deputados que iniciou a sua carreira na *Nova República Velha*, no momento em que cresce o gosto “pelas soluções autoritárias e pelos regimes de tipo mussoliniano (Itália) e riverista (Espanha)”.²⁷No entanto, para uma parte substancial de deputados não foi possível apurar o desempenho de funções políticas, estas naturalmente mais simples de encontrar do que as sensibilidades políticas, pelo que, estamos em crer que a grande maioria dos deputados eram na política *neófitos*, expressão utilizada por Schmitter ao caracterizar o corpo parlamentar das I e II Legislaturas do Estado Novo.²⁸

Caracterização profissional

Para efeitos de comparação, retomaram-se as classificações profissionais adoptadas por Philippe Schmitter, no seu estudo sobre as I e II legislaturas do Estado Novo.²⁹ Este investigador incluiu no grupo dos proprietários rurais os engenheiros agrónomos e no grupo dos militares os engenheiros militares, agregações que fazem todo o sentido, já que no confronto dos dados se verificou que os engenheiros agrónomos eram geralmente agrários e, quando o não eram, tinham ligações familiares à grande propriedade (veja-se, por exemplo, o caso José de Sampayo e Castro Pereira da Cunha Silveira, presidente da Junta Nacional do Azeite e membro de uma família de grandes proprietários açorianos. Também quanto aos engenheiros militares se verifica que, sendo oficiais das forças armadas, nelas constroem uma carreira profissional (veja-se, por exemplo, Luís da Câmara Pina e Horácio de Sá Viana Rebelo). Outras agregações do autor são, contudo, algo discutíveis, designadamente a que junta professores liceais e professores universitários, os primeiros quase sempre ligados à realidade local e os segundos constituindo parte importante do aparelho ideológico do Estado Novo e funcionários públicos nas grandes cidades. Os advogados e juizes são igualmente duas classes profissionais claramente distintas: a advocacia exhibe muitas vezes a notoriedade local, enquanto que a carreira da magistratura tem também uma ligação indiscutível ao aparelho do estado. Já quanto aos médicos e aos médicos veterinários, verificou-se que estes últimos são normalmente proprietários rurais. De qualquer modo, por ser um estudo que exhibe bem os critérios que presidiram à agregação dos dados, permite uma abordagem idêntica para esta IV legislatura e, deste modo, uma leitura comparativa. No decorrer do texto procurar-se-á obviar às discordâncias, desagregando os grupos profissionais que se consideram menos coerentes.

Do quadro 6 ressalta, em primeiro lugar, o claro predomínio do grupo socioprofissional dos advogados (33) e juizes (8),³¹ ilustrando o “peso tradicional dos juristas na vida política portuguesa do início do século XX”,³² muito embora se venha a afirmar uma tendência decrescente da representatividade deste grupo profissional. A vantagem do seu predomínio justifica-se, não apenas pelo domínio da técnica jurídica útil para o desempenho da câmara, mas também, quanto aos advogados, enquanto forma de conquistar o apoio da notabilidade local. Se se cruzar o exercício da profissão de advogado com o local da residência,³³ verifica-se que grande número (14 em 33) vive e exerce a sua profissão fora dos limites das cidades de Lisboa e Porto, o que aproxima esta realidade do fenómeno do influente local.

Já ao contrário do que sucedia nas duas primeiras legislaturas do Estado Novo, nesta IV legislatura, os agrários surgem como a segunda profissão mais representada na assembleia (24 deputados). O peso do *parlamentar de tipo agrário* — conceito utilizado pela elite política do Estado Novo ao ponderar a sua inclusão nas listas de deputados³⁴ — deixa antever, não apenas a importância da agricultura no conjunto das actividades económicas nacionais, mas também as pressões que este

Quadro 6 Profissões dos deputados do Estado Novo (1934/1938/1945)³⁰

Profissões	I legislatura (1934-38) (%)	II legislatura (1938-42) (%)	IV legislatura (1945-1949) (%)
Proprietários rurais	8,9	9,1	20,0
Militares	16,7	9,1	15,8
Professores liceais e universitários	8,9	12,1	17,5
Advogados e juizes	41,1	39,4	34,2
Engenheiros	10,0	6,0	2,5
Médicos e veterinários	6,7	18,2	12,5
Industriais(*)	0,0	0,0	3,3
Comerciantes	0,0	3,0	3,3
Outras profissões liberais	7,8	3,0	7,5
Outras	0,0	0,0	5,0
Desconhecido	0,0	0,0	0,8

Nota: (*) muito embora Philippe C. Schmitter não tenha considerado nenhum industrial, sabe-se que Garcia Ramirez era então um importante industrial conserveiro.

Fonte: para 1934 e 1939, Philippe C. Schmitter, "The social origins, economic bases and political imperatives of an authoritarian rule in Portugal", *Who Where the Fascists: Social Roots of European Fascism*, Bergem, 1980, p. 440 e 445. Os dados para 1945 têm origens muito diversas.

sector exerce sobre o aparelho de estado,³⁵ quer dizer, a sua indiscutível importância política, reforçada pela forte resistência à mudança que o caracterizava.

Apesar da ténue representação dos outros sectores económicos — os industriais e comerciantes cada um deles com percentagens que rondam os cerca de 3,5% do total dos deputados à IV legislatura — o quadro 6 ilustra também que o crescimento da lavoura nesta não foi feito com o sacrifício dos outros sectores produtivos. Na verdade, o comércio e a indústria revelam até um ligeiro aumento, e há também que considerar a importância dos seus representantes: como já foi dito, na assembleia o grande comércio estava representado por duas importantes famílias, Pinto Basto e Teotónio Pereira; quanto à indústria, lá figurava um grande industrial conserveiro, o ex-ministro Sebastião Garcia Ramirez.

Após os proprietários rurais, segue-se o grupo dos professores liceais (5) e universitários (17), com cerca de 13%, os primeiros assegurando mais a ligação do regime à província,³⁶ os segundos estabelecendo um elo da política do Estado Novo com a academia. Este recrutamento não deixa de traduzir a necessidade de dispor de homens (e de duas mulheres), com a necessária preparação para intervirem nas discussões técnicas da câmara dos deputados. Salazar diz a propósito do excessivo número de funcionários públicos nas listas de candidatos a deputados para as eleições de 1949: "Verifica-se que os homens representativos das grandes actividades nacionais se dispõem a versar os problemas que conhecem na Câmara Corporativa, mas só com repugnância se prestam a tomar posição nas questões de ordem geral para que não se preparam especialmente".³⁷ Sendo assim, é natural que a universidade fosse um importante pólo de recrutamento para a assembleia.

Aos professores seguem-se os militares (19), grupo que recupera nesta

legislatura quase toda a importância que detivera na I legislatura do Estado Novo, ao nível da consolidação do regime. Se, por um lado, o seu papel foi sempre de peso, é interessante verificar que este aumento - de 10 deputados em 1938 para 18 em 1945 — coincide com um novo momento decisivo do regime, agora já não de consolidação, mas de superação da crise do pós-segunda guerra mundial. Tanto mais que, do grupo dos 14 militares que entraram de novo para a IV legislatura (embora dois já tivessem sido deputados em legislaturas anteriores), foi possível de algum modo aferir pelo seu *tipo de sensibilidade política* que se tratava de indivíduos com um passado político na direita radical, membros da Legião Portuguesa ou próximos daquela que é designada a facção *ultra* do regime. A título de exemplo:

- a) Teófilo Duarte, ex-sidonista, próximo do integralismo lusitano, e nacional-sindicalista;
- b) José Esquivel, monárquico, comandante de Caçadores 5, unidade tradicionalmente ligada aos *tenentes do 28 de Maio*, local de refúgio de Salazar nos momentos de alteração da ordem pública;
- c) Ricardo Malhou Durão, colaborador de *A Voz*;
- d) Jorge Botelho Moniz, ex-sidonista, participou activamente na guerra civil de Espanha e impulsionou a criação da Legião Portuguesa.

A vitória dos aliados parece assim ter reconduzido à ribalta o grupo dos militares: a tropa vê-se obrigada a *sair dos quartéis*, reafirmando a sua posição na política, comprometendo-se com o regime e garantindo que o mesmo resistia às influências externas. Neste período verifica-se, por conseguinte, uma certa *militarização da política*.

Depois dos advogados e juizes, das actividades económicas, dos professores e dos militares, vêm os médicos (12) e os médicos veterinários (3), representando 12,5% dos deputados. Contrariamente ao que assistimos na I legislatura, os médicos assumem maior peso, apesar de a sua percentagem ser inferior à verificada na legislatura iniciada em 1939. Em 1934, eram apenas dois, ocupando agora 11 lugares no hemiciclo, sendo destes metade que eram médicos fora de Lisboa e do Porto. Diz o deputado e médico Alberto Cruz, reputado cacique local: “Eu sou sempre o que recebo as reclamações e pedidos e todos se voltam para mim, porque sou da terra, porque me estimam”.³⁸ Constituindo os médicos de província parte integrante do caciquismo local, dominando as relações sociais na periferia, não é de estranhar que o Estado Novo se empenhasse em integrá-los no regime: “era natural que o Estado Novo tentasse colocar os caciques sobre a sua alçada, dispondo desta forma de uma nova legitimidade nas suas actuações locais”.³⁹ Tanto mais que esta legitimidade fora seriamente abalada com a recentíssima vitória das democracias ocidentais na segunda guerra. Era natural também que os caciques locais procurassem ocupar posições-chave na governação do país de modo a manterem a sua influência.⁴⁰

Atente-se ainda que a percentagem de engenheiros nesta legislatura é significativamente inferior, quase mesmo insignificante, quando confrontada com as

da I e II Legislaturas do Estado Novo. Se os 10%, em 1934, eram sintomáticos “do novo papel a que os quadros técnicos começam a ser chamados no contexto de um modelo de desenvolvimento do capitalismo português privilegiador do fomento das infra-estruturas básicas”,⁴¹ houve de facto, no período de 1945-1949, uma regressão desta tendência, ao menos em termos de representatividade *parlamentar*, talvez porque em época de crise não fosse conveniente dar voz às teses industrialistas protagonizadas por alguns dos elementos deste grupo socioprofissional, que podiam pôr em causa, neste preciso momento, a sobrevivência do regime, levando à perda de parte substancial da sua base social de apoio. Não era de facto a ocasião de afrontar a lavoura e, por isso mesmo, talvez se explique, como já o dissemos, não apenas o aumento do número dos representantes da agricultura, mas também uma certa militarização da câmara, por forma a garantir, tal como Santos Costa viria a defender mais tarde no processo de elaboração das listas de deputados da legislatura seguinte, que era essencial para a duração do salazarismo a ligação dos militares à política.⁴² Neste contexto, parece mesmo oportuno concluir que é nos momentos em que regime está seguro que Salazar abre as portas aos industrialistas, diminuindo, por contraponto, as percentagens de lavradores e militares; quando a ameaça paira no ar, faz o inverso.

Outras são ainda as conclusões sugeridas pelos dados que acabamos de expor:

- a) É manifesta a forte representação da notabilidade local, os médicos e os advogados somam-se agora aos caciques tradicionais, os proprietários rurais.⁴³
- b) Em termos globais, é notória a fraca representação das actividades produtivas, porque, já se disse, Salazar considerava não terem determinadas matérias cultores fora do aparelho de estado;
- c) Em contraponto, é esmagador o vínculo à administração pública entre os deputados à IV legislatura do Estado Novo, o que se explica também pela razão apontada na alínea 2). Os números coligidos permitiram estender a afirmação de Philippe Schmitter de que uma parte muito substancial dos deputados à I legislatura da Assembleia Nacional eram funcionários do estado (indicava percentagens entre os 68% e os 75%)⁴⁴ à IV legislatura. Para o efeito, consideraram-se apenas as ligações ao estado durante o exercício do cargo de deputado nesta IV legislatura do Estado Novo.

De facto, tal como em 1934-1938, na IV legislatura predomina o número de deputados vinculados à administração pública — 79 possuíam vínculo à Administração Pública e apenas 41 exerciam profissões fora da esfera do estado (cf. figura 1). É incontestável “o peso do aparelho administrativo do Estado face às instituições propriamente ‘políticas’ do salazarismo”, e também que o “ditador confia fundamentalmente na burocracia”. Esta situação terá, aliás, conduzido Laurence S. Graham a declarar que “a realidade sobre a qual Portugal foi governado de 1930 a 1974 era a de um Estado administrativo”.⁴⁵

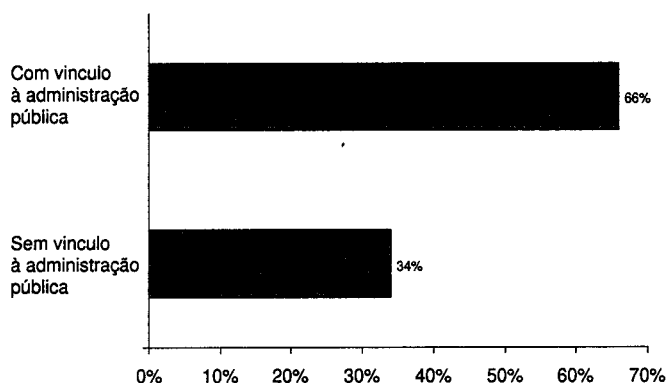


Figura 1 Deputados com vínculo à administração pública na IV legislatura

Daqui ressaltam três aspectos que nos parecem essenciais:

- 1) a dependência financeira desta elite dirigente do regime relativamente ao estado, facilitando grandemente as anuências políticas;
- 2) a disciplina a que este pessoal político estava obrigado. Refira-se a este respeito o decreto-lei 27: 003 de 14 de Setembro de 1937 que dita: “qualquer admissão a concurso, nomeação ou assalariamento para todo o lugar da administração central e local ou dos serviços autónomos exige a prévia declaração do candidato, ‘por sua honra’, de ‘estar integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas’”. Este decreto “introduz, também, o princípio da delação obrigatória por parte de directores e chefes dos serviços do funcionalismo público, ao estabelecer que eles seriam ‘(...) demitidos, reformados ou aposentados sempre que alguns dos respectivos funcionários ou empregados professem doutrinas subversivas, e se verifique que não usaram da sua autoridade ou não informaram superiormente’”.⁴⁶
- 3) as elites parlamentares são essencialmente formadas nos quadros do estado. Salazar dizia ser necessário fazer representar na Assembleia Nacional as diversas *competências*, e que por haver determinados problemas “que não têm cultores fora dos serviços do Estado, como, por exemplo, Finanças, Exército, Marinha, Colónias”, era necessário que o funcionalismo público ocupasse tal lacuna.⁴⁷ Este extenso vínculo à administração parece exibir um esforço para preencher as lacunas de uma sociedade civil ainda débil, mas mostra também um forte intervencionismo estatal na vida económica e ainda uma considerável vontade de não correr riscos políticos.

Verificou-se ainda que mais de 18% dos deputados nesta IV legislatura exerciam funções em corpos gerentes de várias companhias ou bancos, dos quais cerca de metade não apresentavam ligações familiares ou profissionais correlativas com a

actividade que desempenhavam. Contabilizando o exercício destas actividades para lá da IV legislatura, verificou-se que pelo menos 49 indivíduos, isto é, 41% do total dos deputados à Assembleia Nacional no período entre 1945 e 1949 os exerceram, antes, durante ou depois de ingressarem na câmara.

Apesar de cerca de metade ter iniciado este tipo de funções antes de ser deputado, a assembleia era, ainda assim, um local privilegiado para o exercício de influências e o estabelecimento de contactos, de modo a fazer chegar a Salazar as pretensões de cada um. Ricardo Malhou Durão, deputado de 1945 a 1957, dirige-se ao chefe do governo em 1954 solicitando um cargo que lhe permitisse resolver as suas dificuldades económicas. Mais duas missivas são enviadas a Salazar reiterando este pedido. Na última delas, de 20 de Julho de 1955, tendo a assembleia como pano de fundo, Mário de Figueiredo terá afirmado que Durão não poderia ser nomeado para o conselho fiscal do Banco de Angola já que, sendo o cargo de eleição, perderia o mandato de deputado (só não perderia o mandato se o cargo fosse de nomeação). Durão terá então objectado “que não tinha qualquer empenho em continuar a ser deputado”, ao que o líder da assembleia terá evocado a “sua posição moral perante a perda do mandato”. A 16 de Janeiro de 1956, Durão escreve a Mário de Figueiredo dizendo: “se não fosse a sua intervenção e sobretudo o seu silêncio (...) já eu estaria há muitos meses aliviado das minhas preocupações orçamentais”. Esta carta é então enviada pelo líder parlamentar a Salazar, justificando a sua atitude pela afirmação “de que se não devem pedir (mandar) lugares em que se descubra antes o interesse pessoal do que o nacional quando com a designação para eles se perca o mandato”. Mais duas missivas são dirigidas a Salazar por Durão pedindo a solução do problema. Finalmente, a 1 de Julho de 1957, o ministro do Ultramar envia nota a Salazar: “Já falei com o Governador do Banco de Angola sobre o caso do Coronel Durão. O lugar está assegurado”. O deputado deixou então a assembleia.⁴⁸

Não sendo a assembleia veículo único de acesso a tais cargos, frequentemente os deputados à IV legislatura, que tinham longas carreiras políticas e haviam estado afastados há muito das suas profissões de origem, viam então a sua situação pecuniária garantida através do desempenho de tais funções. Parecem corresponder, em grande parte, à seguinte situação descrita por Raul Rego: “As nomeações não se fazem, em geral, esperar. Semanas, às vezes dias, após as remodelações ministeriais, começa a dança e contradança de colocações dos ministros e subsecretários cessantes”.⁴⁹ São eles, entre outros:

- a) Albino dos Reis, que passou da Assembleia Nacional para a Companhia de Seguros Alentejo,⁵⁰
- b) Teófilo Duarte, ministro das Colónias de 1947 a 1950, ao sair do governo lembra a Salazar o prometido: “Quando em tempos, pus de parte a ideia de ser reeleito membro do Conselho de Administração da Companhia de Moçambique, devido à minha situação de Ministro das Colónias, disse a V. Exa que não teria dúvida em lhe solicitar um lugar quando saísse do Governo (...). Se Vexa. entender pois que eu não estaria deslocado no lugar que me dizem estar vago, de Comissário do Governo junto do BNU ou no de vogal do

seu futuro Conselho d'Administração por parte do M. das Colónias ou das Finanças, muito lhe agradecia a minha nomeação. Caso contrário confio que o espírito de justiça de Vexa. encontrará qualquer outra solução tendente à realização do objectivo acima mencionado (...).⁵¹ A sua pretensão será atendida e permanecerá no Banco Nacional Ultramarino até à data da sua morte (1958);⁵²

- c) Gabriel Maurício Teixeira, com uma longa carreira em Moçambique, que terminou como governador da colónia (1946-1958), será logo depois administrador do Banco Nacional Ultramarino.

Encontrámos também um outro conjunto significativo de deputados que, com uma actividade política mais ou menos paralela à de Salazar, desde logo apoiaram a ditadura militar, exercendo alguns, neste período, cargos em conselhos de administração. Destes fazem parte os seus amigos mais próximos, católicos e seminaristas, colegas da faculdade, enfim, os seus apoiantes de sempre. Em comum têm também das mais longas permanências na Assembleia Nacional.

- a) José Soares da Fonseca, seminarista, da facção católica do regime,⁵³ membro do CADC, iniciou a carreira parlamentar em 1942 e lá permaneceu até à IX legislatura (1965-1969) — presidente do conselho de administração da Companhia Colonial de Navegação desde 1932,⁵⁴ comissário do governo no Banco de Angola,⁵⁵ administrador da Soponata (até 1969);⁵⁶
- b) Mário de Figueiredo, deputado de 1934 até à sua morte, colega de faculdade e das lides políticas de Salazar — foi, não sem antes oferecer algumas resistência, presidente do conselho de administração da Companhia de Caminhos de Ferros Portugueses;⁵⁷
- c) José Nosolini, colega de Salazar em Coimbra, no CADC e no Centro Católico, iniciou a carreira parlamentar em 1934, e com um interregno lá permaneceu até ser nomeado embaixador (1954) — foi administrador da Companhia de Fomento Colonial (1942) e da Sociedade Nacional de Fósforos (1942), governador do Banco de Angola, vice-presidente do conselho de administração da Sonap, presidente da assembleia geral do Banco Fonsecas e Burnay (1968).⁵⁸

Mas nem todos parecem necessitar do aval do presidente do conselho para desempenharem altos cargos nos grandes organismos económicos:

- a) António Júdice Bustorff Silva, advogado afamado que excede em todos os outros deputados o número de cargos desempenhados, treze ao todo, desde 1939 a 1969.
- b) Alexandre Ferreira Pinto Basto, seguindo as pisadas de seu avô, foi presidente do conselho de administração dos Caminhos de Ferro de Benguela, cargo que desempenhou durante muitos de anos.⁵⁹
- c) Luís Teotónio Pereira, em 1950 era administrador da Companhia de Seguros Fidelidade,⁶⁰ fundada por seu avô em 1835.⁶¹

O prestígio do primeiro como advogado e jurista, aliado ao facto de pertencer a corpos gerentes desde 1939 sem que seja visível qualquer intervenção de Salazar, leva-nos a concluir que terá construído a sua carreira profissional um pouco à margem dos favores do estado. Os dois que se seguem são da *classe dos possidentes*, administradores de empresas por herança familiar.

Em vista destes aspectos, importa aqui realçar:

- 1) O facto de as nomeações dependerem na grande maioria das vezes do presidente do conselho (a epístola de Ricardo Malhou Durão é disso exemplo claro);
- 2) Um certo desajustamento entre a actividade profissional e política com o organismo para que são nomeados ou eleitos — há quem solicite e obtenha cargos de acordo com as funções anteriormente desempenhadas, há quem desempenhe cargos para os quais os seus dados biográficos não indiciam “competência técnica”, há ainda os que, admitindo não terem competência técnica, são depois compelidos a aceitar o cargo.

A este último grupo pertence o deputado Luís Lopes Vieira de Castro, que em 1939 foi convidado por Salazar a pertencer à Comissão dos Centenários. No entanto, recusa o convite alegando o alto custo de vida em Lisboa. Numa mais do que aparente relação, a 24 de Janeiro de 1940 é convidado para integrar a Junta do Crédito Público, recusando todavia a proposta por “escrúpulo de aceitar funções para as quais me reconheço com péssima preparação”.⁶² Logo dois dias depois envia nova missiva a Salazar, aceitando a sua nomeação para a Junta de Crédito Público.⁶³ Luís Vieira de Castro irá organizar o Congresso do Mundo Português (1940) e permanecerá na Junta de Crédito Público até 1947.⁶⁴

Da análise que acabámos de fazer é possível, assim, extrair as seguintes conclusões:

- 1) Trata-se de retribuir serviços a leais servidores.
- 2) Trata-se também, em nosso entender, de garantir um determinado nível de vida aos servidores do regime.
- 3) Constitui um expediente para criar redes, fortes laços de dependência, por forma a que a nomenclatura do regime a ele permaneça de algum modo vinculada, mesmo depois de cada um deles já não exercer cargos políticos. É com este espírito que, no nosso entender, Pacheco de Amorim foi por duas vezes convidado, em 1949 e 1953, para a administração, respectivamente, do Banco Nacional Ultramarino e da Companhia de Caminhos de Ferros Portugueses. Das duas vezes diz que, por motivos de natureza pessoal, não lhe é conveniente deixar a Universidade de Coimbra.⁶⁵ Curiosamente, isto acontece quando as informações da PIDE mais o envolvem nas conspirações das forças oposicionistas.⁶⁶
- 4) O que expusemos confirma igualmente que “toda a máquina estatal parece atravessada por relações pessoais, apadrinhamentos e conluios privados, funcionando fora das vias hierárquicas e do expediente normal”.⁶⁷

- 5) Exibe-se ainda uma forte interpenetração entre a administração pública e o sector empresarial, confirmando-se a seguinte afirmação de Philippe Schmitter: "No caso português, é evidente que a interpenetração do poder público e privado veio mais de cima do que de baixo — pela deliberada e sistemática colocação de ministros, governadores civis e coloniais, militares de alta patente, subsecretários de estado e até chefes de gabinete, em empresas privadas ou de capital misto depois do período de serviço no estado".⁶⁸
- 6) Embora o mesmo autor sublinhe ainda que a maior parte destes indivíduos são de origens sociais modestas, com estudos universitários, mas sem fortuna pessoal, vindo assim a ser recompensados pela sua lealdade, houve no entanto pelo menos 16 dos 49 deputados que pertenceram a corpos gerentes de empresas sem que tivessem origens sociais modestas: já referimos os possidentes, a estes podemos acrescentar Paulo Cancela de Abreu, Luís Vieira de Castro, Francisco de Melo Machado, Alexandre Alberto de Sousa Pinto. Talvez estes não predominem, mas são parte substancial do conjunto de deputados que fizeram parte dos corpos gerentes destas empresas com capital do estado ou concessionárias de serviços públicos.

Conclusão

O novo equilíbrio de tendências composto na Assembleia Nacional nesta IV legislatura reflecte a tentativa, aliás bem sucedida, de impermeabilização e capacidade de fazer frente às influências ideológicas que Salazar considerava estranhas ao *modo de ser português*.

O necessário processo de adaptação desta câmara a um novo ambiente altamente favorável às democracias é visível numa taxa de renovação que pouco excede os 50%, não obstante o número de deputados ter aumentado de 90 para 120. Esta percentagem traduz, por um lado, a permanência na assembleia de um grupo relativamente fixo de indivíduos da maior confiança política (e pessoal) de Salazar — os *gerontes* —, e, por outro lado, a existência de uma considerável margem de manobra que o regime utiliza para se *adaptar* às necessidades políticas conjunturais. Era necessário conceber um assembleia de *voz única*, e como tal todos os *novos* valores que aí foram chamados estão evidentemente rodeados pelos que pertencem à câmara dos deputados desde a primeira hora e que aí permanecem, muitos deles até que a morte ou o desmoronar do regime os surpreenda — o que faz prever que, à medida que se sucedem as legislaturas, a média de idades suba, e o número médio de mandatos vá também aumentando.⁶⁹

Para assegurar a sua base social de apoio, o regime de Salazar garante na assembleia a representação da elite tradicional da sociedade portuguesa, entre membros de famílias titulares com ancestrais ligações à terra e elementos da grande burguesia com fortes interesses comerciais, uns e outros com a premente

necessidade de verem o seu estatuto social e económico bem defendido (e promovido). Retomando a análise de Schmitter relativamente ao envolvimento destes grupos no processo de afirmação do Estado Novo enquanto regime,⁷⁰ parece-nos lícito sublinhar a sua importância essencial na sobrevivência do salazarismo no pós-segunda guerra. Mesmo se coabitava na assembleia com um conjunto de deputados de origens humildes, cujo processo de ascensão social passara pela obtenção de grau universitário ou por uma carreira nas forças armadas, o que se aliava preferencialmente a uma prática política na área da direita conservadora ou radical.

Este recrutamento dos sectores mais conservadores da sociedade corresponde, não a uma adaptação a uma nova realidade, mas a uma forma de responder e resistir aos efeitos da segunda guerra, na esteira da interpretação de Fernando Rosas relativamente à remodelação ministerial de 1944: “um ministério não para adaptar o regime aos ‘ventos’ do fim da guerra, mas para os enfrentar e combater como uma ameaça”.⁷¹ Do mesmo modo deve ser entendido um certo reforço da componente monárquica da câmara, a qual, preocupada em manter o *status quo* vigente, põe de lado a questão do regime: o momento é de *emergência*, como diz o deputado Paulo Cancela de Abreu, dirigente da Causa Monárquica.

É também para resistir que se aumenta significativamente o número de professores universitários, de militares e de *parlamentares de tipo agrário*, sectores que naquela sociedade eram mais avessos à mudança. Para os dois últimos grupos, a permanência do salazarismo era vital, impedindo o alastramento das ideias liberalizantes, ou mesmo socializantes. Tudo isto em contraponto à diminuição muito significativa dos engenheiros — facção mais desenvolvimentista da sociedade portuguesa.⁷² Além disso, os agrários garantiam a ligação do Estado Novo à província, secundados por advogados e médicos, estes últimos a registarem também um aumento numérico significativo.

O facto de não ser conveniente afrontar, num momento tão delicado para o regime, um dos seus principais pilares de sustentação — a *lavoura* (cujos representantes, aliás, se viram reforçados nesta legislatura) —, não pode ser dissociado do temor ideológico prevalecente em relação ao fenómeno da industrialização. É que a industrialização haveria de implicar “o despovoamento dos campos”, “o défice da produção agrícola”, “a subida dos preços dos produtos alimentares”, “a subida generalizada dos salários”, “elevadas concentrações operárias nas duas principais cinturas industriais do País (Lisboa e Porto)” e o “aumento de perigo de conflitos sociais”.⁷³ Daí talvez a discrepância entre representantes agrários e industrialistas — aos primeiros é possibilitado afirmarem-se nos momentos de crise, aos segundos talvez lhes seja concedido maior espaço nos momentos em que o regime se sente firme.

Verificou-se igualmente que as actividades profissionais dos deputados, muitas vezes também elas exercidas ao nível da província, apresentavam com frequência vínculos à administração pública — 66% dos deputados, o que desde logo realça a dependência económica desta elite dirigente relativamente ao estado, facilitando assim o beneplácito à sua acção.

Outro aspecto a realçar neste trabalho, e que se integra também na forte

dependência deste corpo político relativamente ao centro do poder, prende-se com o facto de os deputados pertencerem frequentemente aos corpos gerentes de empresas com capital do estado ou concessionárias de serviços públicos, o que, se constituiu muitas vezes um prémio pelos serviços políticos prestados anteriormente, serviu também para criar toda uma rede de dependências que permitiu manter estes indivíduos ligados ao regime mesmo quando já não faziam parte dos seus quadros dirigentes, garantindo a sua perpétua fidelidade. Pela possibilidade de aproximar os deputados do centro de decisão política, a câmara terá facilitado a acessibilidade aos seus canais, isto é, uma aproximação a Salazar ou ao seu círculo íntimo, o que é tanto mais importante quanto as relações entre os dirigentes do Estado Novo parecem assentar também em laços e cumplicidades de natureza pessoal.

Salazar foi assim bem sucedido na batalha que travou para configurar uma assembleia não representativa dos cidadãos eleitores, mas sim dos interesses sociais, políticos e económicos da elite nacional, essenciais à sobrevivência do *seu* regime, o que, em termos práticos, se traduziu num *endurecimento* da câmara.

Notas

- 1 Este artigo reproduz no essencial a Parte III da minha tese de mestrado, intitulada *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, a qual foi defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Março de 1999.
- 2 No artigo 91.º da Constituição de 1933 dizia-se que competia à assembleia fazer leis; e no artigo 92.º, embora se afirmasse que as leis votadas pela Assembleia Nacional se deviam restringir à aprovação das bases gerais dos regimes jurídicos, dizia-se também que não podia ser contestada com fundamento na violação deste princípio, a legitimidade constitucional de quaisquer preceitos nelas contidos.
- 3 *Vide*, por exemplo, ANTT, AOS/CP-99, pt. 3.2.6/4 e ANTT, AOS/CO/PC-4C, pt. 15.
- 4 Para não alargar a extensão do artigo, optou-se por não expor aqui outras variáveis também analisadas no trabalho supracitado. São elas: representação feminina; habilitações literárias; titulares de cargos políticos; filiação na União Nacional, na Legião e na Mocidade Portuguesa.
- 5 Documento preparatório das listas de deputados à Assembleia Nacional para as eleições de 1949, com anotações manuscritas de Albino dos Reis, ANTT/AOS/PC-4C, pt. 15.
- 6 Philippe C. Schmitter, "The social origins, economic bases and political imperatives of an authoritarian rule in Portugal", *Who Where the Fascists: Social Roots of European Fascism*, Bergen, Universitetsforlaget, 1980, p. 443.
- 7 São eles: José dos Santos Bessa, José Dias de Araújo Correia, Ulisses Cortês, Albino dos Reis e Henrique Tenreiro.

- 8 São eles: Joaquim Mendes do Amaral, José Pereira dos Santos Cabral, Alberto Cruz, Artur Proença Duarte, Mário de Figueiredo, José Soares da Fonseca, João Antunes Guimarães, Henrique Linhares de Lima, Joaquim dos Santos Quelhas Lima, Jorge Botelho Moniz e Adriano Duarte Silva.
- 9 Philippe C. Schmitter, *op. cit.*, p. 435.
- 10 A soma do número de deputados excede os 66 pelas razões que explicitaremos quando da análise da situação profissional dos deputados (Caracterização profissional)
- 11 A respeito dos professores universitários, atente-se na seguinte afirmação de Fernando Rosas: “a Universidade surge-nos como um dos corpos mais resistentemente conservadores e insensíveis à mudança — ideológica, organizacional, curricular, científica ou mental — no Portugal do Estado Novo. Salvo raras e honrosas exceções, a Universidade do Estado Novo desafiava com soberana indiferença as convulsões e as mudanças no mundo e no país” (Fernando Rosas, “Estado Novo, Universidade e Depuração Política no Corpo Docente”, conferência proferida em sessão solene no Dia Nacional da Cultura Científica na Academia das Ciências, a 24 de Novembro de 1997). Sendo assim, o perfil deste sector universitário levou-nos a considerá-los uma categoria profissional à parte do restante funcionalismo público.
- 12 Teófilo Duarte foi também nacional/sindicalista. Se hoje duvidamos que alguns destes homens tenham pertencido à ala mais conservadora do regime, nesta legislatura, integrando a assembleia pela primeira vez, este indivíduos, pelo menos na aparência, detêm um passado político que constitui garantia de um apoio seguro para o salazarismo.
- 13 Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, Edições O Jornal, 1985, p. 45. *Vide* também Philippe C. Schmitter, *op. cit.*, p. 443.
- 14 Na construção deste quadro considerámos que a ligação ao círculo eleitoral comportava *naturalidade, residência, desempenho de funções profissionais ou políticas e ligações familiares*.
- 15 Carta de Joaquim Saldanha a Salazar, ANTT, AOS/CP-247, pt. 7.247.5.
- 16 *Diário das Sessões* n.º 57, 23 de Março de 1946, p. 981.
- 17 Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 62.
- 18 *Diário das Sessões* n.º 66, 14 de Dezembro de 1946, p. 176. A asserção que o próprio deputado faz da sua origem social carece de ser confirmada, na medida em que, neste período, Mira Galvão era um próspero latifundiário alentejano. À falta de tais elementos, foi incorporado na categoria dos que têm origens humildes.
- 19 Entrevista a neta de Artur Proença Duarte e sobrinha neta de Teófilo Duarte.
- 20 *Diário das Sessões*, n.º 9, 12 de Dezembro de 1945, p. 95.
- 21 Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 63.
- 22 *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira...*, vol. XI, pp. 205-6.
- 23 Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 195 e 197.
- 24 Carta de Paulo Cancela de Abreu a Salazar, 27 de Novembro de 1945, ANTT, AOS/CP-3, pt. 1.1.5/3, sublinhado nosso. Este efeito de catarse a que nos referimos fica também expresso noutras missivas dirigidas neste período a Salazar.

- Veja-se, por exemplo, a carta de Albano da Câmara Homem de Melo, datada de 6 de Julho de 1946: "(...) Tive a honra de aceitar o convite feito por V. Exa. para ser apresentada, nas últimas eleições, a minha candidatura a Deputado pelo círculo de Aveiro. Atribuí tal convite apenas à circunstância de estar ligado a forças políticas que em tempos haviam tido preponderante influência regional. Desde cedo, por educação e por feitio, habituei-me a não sentir simpatia especial pelos processos eleitorais que vigoram no País, mas julguei de meu dever, em ocasião reputada menos fácil para a Situação Política actual, não negar o meu contributo para a mobilização dessas antigas forças (...)", ANTT, AOS/CP-175, pt. 5.1.7/5. Uma outra carta aponta no mesmo sentido, esta de Alexandre Pinto Basto: "(...) nunca fui 'político' nem o sou, por temperamento e feitio. (...) Parecia-me de facto que nesta ocasião, se possível mais que em qualquer outra, a assembleia devia ser constituída por pessoas capazes dum máximo esforço e da mais eficiente colaboração", ANTT, AOS/CP-30, pt. 1.3.9/16. Pacheco de Amorim dirá também: "Em atenção à gravidade do momento, julguei do meu dever não declinar desta vez o honroso convite", *Diário das Sessões* n.º 8, 12 de Dezembro de 1945, p. 76.
- 25 Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980, p. 19.
- 26 *Diário das Sessões* n.º 66, 15 de Dezembro de 1946, p. 180.
- 27 A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, 2.ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1981, p. 256.
- 28 Philippe C. Schmitter, *op. cit.*, p. 444.
- 29 Philippe C. Schmitter, *op. cit.*, pp. 435-466.
- 30 Para analisar o recrutamento profissional dos deputados à IV legislatura do Estado Novo, definiram-se critérios de classificação profissional tão inequívocos quanto possível, procurando apurar qual a actividade que era *de facto* exercida. Contudo, sendo frequente o mesmo indivíduo desempenhar diversas actividades, ignorando o peso que cada uma delas ocupa, quer no tempo útil do deputado quer no que respeita aos rendimentos auferidos, optou-se por quantificar todas elas; isto é, se o mesmo indivíduo exerce medicina e, simultaneamente, é professor do ensino superior, então cada uma destas actividades é individualmente quantificada.
- 31 Esta categoria abrange quer os magistrados judiciais quer os magistrados do Ministério Público.
- 32 Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 49.
- 33 Cf. "Relação Nominal e de Moradas dos Senhores Deputados. IV legislatura", ANTT, AOS/CO/PC-4C, pt. 1.
- 34 Nomenclatura usada por Ulisses Cortês. ANTT, AOS/CO/PC-4C, pt. 1.
- 35 Cf. Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 49.
- 36 Estes professores exercem a sua profissão em Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra e S. Vicente de Cabo Verde.
- 37 Oliveira Salazar, "Questões de política interna" (25 de Julho de 1949), *Discursos*, vol. IV, pp. 428.
- 38 Carta de Alberto Cruz a Salazar, 11 de Maio de 1945, ANTT, AOS/CP-84, pt. 2.4.10/2.
- 39 Paulo Silveira e Sousa, "Caciquismo e poder local na literatura sob o Estado

- Novo”, em César de Oliveira *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 333.
- 40 “O novo influente não é um cacique eleitoralista, mas um senhor da Situação. Os aparelhos administrativos e políticos do Estado e as instituições públicas tornam-se o quadro de acção dos notáveis. A influência viu-se institucionalizada (...). Através dos influentes, o regime contactava e controlava os campos e as vilas do país interior”. Rui Ramos, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)”, *Análise Social*, vol. XIII (90), 1986, pp. 109.
- 41 Cf. Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 49.
- 42 No início de Outubro de 1949 Santos Costa adverte Salazar: “ligar a Tropa às Instituições sobretudo a gente nova parece-me de elementar prudência. É preciso lembrar que a minha geração dura só mais 10 anos, quando muito”. ANTT, AOS/CO/PC-4C, pt.15.
- 43 Rui Ramos faz notar a emergência de novos caciques na I República: “a irrupção de novos tipos de influentes, como os funcionários públicos, os professores primários, os comerciantes, os membros das profissões liberais (advogados, médicos), que constroem as suas próprias clientelas e concorrem com os grandes lavradores, os caciques tradicionais”. Rui Ramos, *op. cit.*, p. 124.
- 44 Philippe C. Schmitter, *op. cit.*, p. 440.
- 45 António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Estampa, 1992, p. 52. Contudo, não é possível generalizar esta relação a toda a elite política do Estado Novo, designadamente no que se refere ao período em causa (1945-1949), uma vez que o estudo de Paul H. Lewis conclui que, se no período de 1947-58 os técnicos predominam sobre os militares e os políticos na elite ministerial, o mesmo não se verifica para o período imediatamente anterior (1936-1947). Vide Paul H. Lewis, “Salazar’s Ministerial Elite, 1932-1968”, *Journal of Politics*, 40, Agosto de 1978, p. 640.
- 46 Fernando Rosas, “Estado Novo, Universidade”, p. 20.
- 47 “Lição de Salazar para Reunião dos Governadores Civis. Sala do Conselho de Estado — no Palácio de S. Bento - às 17 horas do dia 8-X-1942. Segundo os Apontamentos do Governador Civil de Vila Real”, ANTT, AOS/CP-129, pt. 4.1.3/4. Sebenta elaborada por Assis Gonçalves e enviada, para aprovação, a Salazar.
- 48 ANTT, AOS/CP-100, pt. 3.2.10/2.
- 49 Raul Rego, *Os Políticos e o Poder Económico*, s.l., edição do autor, 1969, p. 18.
- 50 *Idem*, p. 26.
- 51 Carta de Teófilo Duarte a Salazar, 16 de Novembro de 1950. ANTT, AOS/CP-99, pt. 3.2.6.
- 52 *Diário da Manhã*, 17 de Maio de 1955. Rafael Duque e Ulisses Cortês ocuparam igualmente cargos em administrações de empresas logo após a saída dos respectivos ministérios.
- 53 Carta de Albino dos Reis a Salazar, ANTT, AOS/CO-235, n.º 723521.
- 54 *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira...*, vol. XXIX, p. 347; Raul Rego, *op. cit.*, p. 29.
- 55 *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*.

- 56 Raul Rego, *op. cit.*, p. 26.
- 57 ANTT, AOS/CP-115, pt. 3.3.14/13; *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Actualização)...*, vol. V, p. 99.
- 58 *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Actualização)...*, vol. VIII, p. 385.
- 59 *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Actualização)...*, vol. IX, p. 256.
- 60 *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira...*, vol. XXI, p. 157.
- 61 Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 63.
- 62 ANTT, AOS/CP- 61, pt. 2.2.9.
- 63 *Idem.*
- 64 *Quem é Alguém*, Lisboa, Portugalíia, 1947, p. 640.
- 65 Correspondência de Pacheco de Amorim a Salazar, ANTT, AOS/CP-9, pt. 1.1.18/4.
- 66 PIDE/DGS, Processo 5051, Diogo Pacheco de Amorim, N.P. 2413.
- 67 Rui Ramos, *op. cit.*, p. 119.
- 68 Philippe C. Schmitter, *op. cit.*, p. 448.
- 69 Este fenómeno de envelhecimento das elites políticas parece ter sido comum ao regime do general Franco. A este respeito atente-se no que diz William Genieys: “É evidente que a idade avançada das elites políticas se deve na maior parte do tempo à mortalidade (...)”. William Genieys, *Les Elites Espagnoles Face à l’Etat: Changements de Régimes Politiques et Dynamiques Centre-Périphéries*, Paris, L’Harmattan, 1997, p. 205.
- 70 Cf. Philippe C. Schmitter, “The social origins, economic bases and political imperatives of an authoritarian rule in Portugal”, *Who Where the Fascists: Social Roots of European Fascism*, Bergen, Universitetsforlaget, 1980, p. 448.
- 71 Fernando Rosas (coord.), *O Estado Novo*, em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Estampa, 1994, p. 375.
- 72 A respeito destes últimos, diz Brandão de Brito: “sobretudo a partir do ascendente de Ferreira Dias, surge, mais que uma ideia, uma ideologia feita de optimismo, produtivismo, eficiência e voluntarismo através da qual o País seria gerido, à sua escala, com regras de funcionamento de uma empresa”. José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965): O Condicionamento Industrial*, Lisboa, D. Quixote, 1989, p. 83.
- 73 José Maria Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 167

Fontes e bibliografia consultadas para a construção das biografias

Fontes

- Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
 — Arquivo Oliveira Salazar.
 — Arquivo PIDE/DGS.
 — Arquivo União Nacional.

Arquivo Histórico da Assembleia da República

- *Boletins e Registos Biográficos dos Senhores Deputados e Dignos Procuradores (1935-1973)*.
- *Livro de Registo do Pessoal Político da Assembleia Nacional Constituinte e a Câmara dos Deputados (1911-1915)*.
- *Livros Políticos da Câmara dos Deputados (1913-1926)*.
- *Processos Individuais dos Deputados (1935-1973)*.
- *Verbetes Iconográficos e Biográficos dos Deputados e Senadores da I República*.

Arquivo Histórico Histórico-Militar

- *Processos Individuais dos Deputados*.

Referências bibliográficas

- Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa/Rio de Janeiro, Verbo/Record, 1977.
- Manuel Braga da Cruz, "As elites católicas nos primórdios do salazarismo", *Análise Social*, XXVII (116-117), 1992 (2.º-3.º), pp. 547-574.
- Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980.
- Enciclopédia Luso Brasileira da Cultura*, s. l., Verbo.
- Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia.
- Telmo Faria, "As tropas de Santos Costa na elite militar do Estado Novo", *História*, Ano XVIII (nova série), n.º 23/24, Agosto/Setembro 1996, pp. 26-41.
- António Ferro, *Salazar, O Homem e a sua Obra*, 3.ª ed., s. l., Empresa Nacional de Publicidade, 1935.
- Paul H. Lewis, "Salazar's Ministerial Elite: 1932-1968", *Journal of Politics*, 40, Agosto de 1978, p. 622-647.
- A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, ed. Delta, 1986.
- A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, 2.ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1981.
- Franco Nogueira, *Salazar*, 6 vols., Coimbra, Atlântida Editora, 1977-1984.
- António Manuel Pereira, *Os Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Manuel Barreira-Editor, 1959.
- António Costa Pinto, "As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo", *Análise Social*, XXVII (116-117), 1992 (2.º-3.º), pp. 575-613.
- António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis, Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, Lisboa, Estampa, 1994.
- Presidência do Conselho de Ministros, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar*, vol. I (1934-1950), s.l., Presidência do Conselho de Ministros: Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1988.
- Quem é Alguém*, Lisboa, Portugalíia, 1947.
- Raul Rego, *Os Políticos e o Poder Económico*, s. l., edição do autor, 1969.
- Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os Marcos da Sua História*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991.

- Fernando Rosas, "As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo", Lisboa, *O Jornal*, 1985.
- Fernando Rosas, José Maria Brandão de Brito (org.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- Philippe C. Schmitter, "The social origins, economic bases and political imperatives of an authoritarian rule in Portugal", *Who Where the Fascists: Social Roots of European Fascism*, Bergen, Universitetsforlaget, 1980, p. 435-465.